

Corrigido, texto vai à sanção

Econ - Brasil

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente do Congresso, senador José Fragelli, encaminhou ontem à tarde ao Palácio do Planalto o texto final do pacote fiscal do governo aprovado na Câmara e no Senado, dele retirando os três artigos suprimidos na Câmara — artigos 94, 95 e 96 —, o que resolve a polêmica criada com a denúncia de *O Estado* sobre as falhas no texto do substitutivo. Pela Constituição, o presidente Sarney tem 15 dias para sancionar a matéria.

"Nunca vi questão tão inútil quanto aquela levantada pelo senador Itamar Franco", disse ontem o senador José Fragelli, ao reafirmar que o regimento interno do Senado é "claríssimo" quanto à possibilidade de correções nos autógrafos a serem encaminhados à Presidência da República. Ele afastou qualquer possibilidade do pacote sofrer vetos do presidente Sarney em decorrência daquele erro, salientando que "não se pode vetar o que não existe".

Fragelli atribuiu aquelas falhas a um descuido dos datilógrafos da Câmara. "Foi um simples erro de datilografia, em virtude daqueles funcionários estarem cansados e insones, o que fez com que aqueles dispositivos não tivessem sido excluídos no texto encaminhado ao Senado", explicou.

José Fragelli admitiu que o Congresso teve pouco tempo para votar o pacote fiscal, salientando que matérias dessa importância devem ter o prazo mínimo de 20 dias para serem apreciadas nas duas casas. "As críticas foram procedentes e não temos condições de refutá-las. O Senado, especialmente, não teve condições de oferecer os reparos que poderiam ter sido oferecidos, se não houvesse a premência de tempo."

Ele elogiou a atuação dos senadores Itamar Franco (PMDB-MG) e Roberto Campos (PDS-MT), dizendo que o primeiro, "apesar do trabalho que nos deu obstruindo a votação, é um parlamentar bravo e brilhante". O senador Roberto Campos, segundo José Fragelli, "não se pode negar

que é um dos firmes e conseqüentes dessa Casa".

O presidente do Congresso lamentou, ainda, que todos os pedidos de empréstimos dos Estados e dos municípios não tenham sido aprovados — "foi o episódio triste daquela noite" —, o que deverá prejudicar os municípios mais necessitados. Só foram aprovados empréstimos para as prefeituras do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Ele informou que permanecerá em Brasília no decorrer da próxima semana, para assinar e encaminhar à sanção presidencial os textos finais de todas as matérias aprovadas na última sessão legislativa. "A missão foi cumprida", disse ele, satisfeito.

No texto final do pacote publicado pelo Estado nas páginas 31 e 32 na edição de ontem, devem ser suprimidos os artigos 94, 95 e 96, retirados dos autógrafos encaminhados à sanção presidencial. Existe, ainda, uma dúvida quanto ao artigo 97, que não foi retirado do pacote, embora os jornalistas tenham assistido à sua rejeição pela Câmara.